



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Ágoas, Frederico

História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 24, núm. 2, abril-junio, 2017, pp. 465-482
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386151662011>

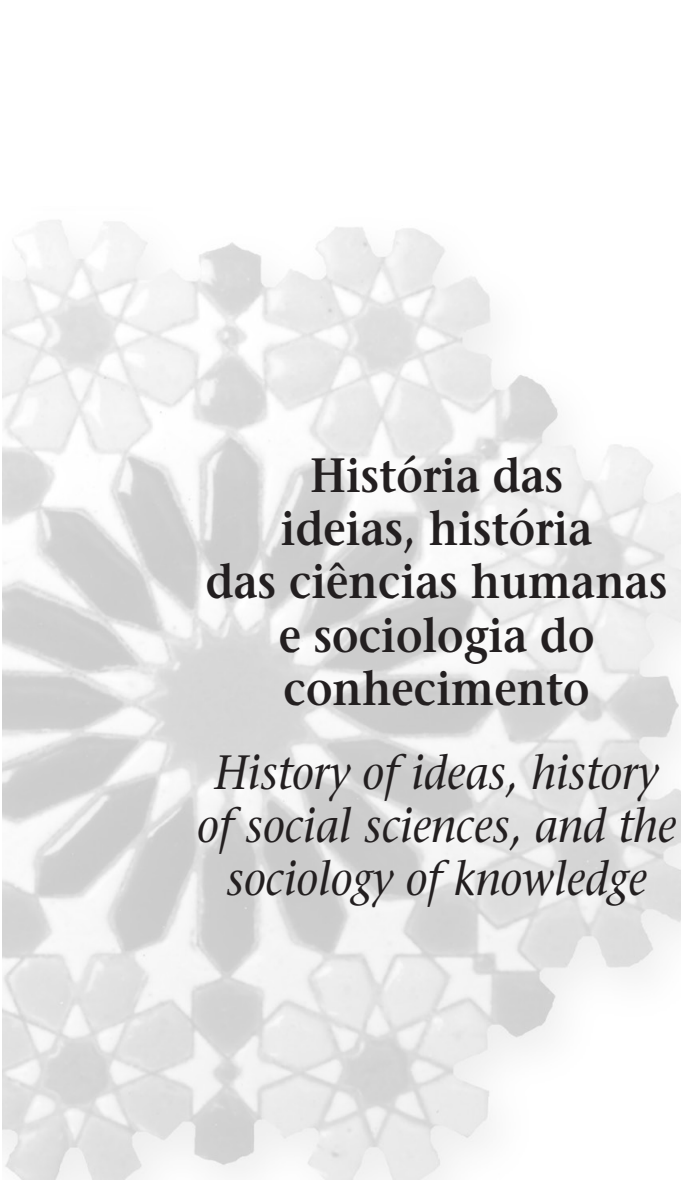
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento

History of ideas, history of social sciences, and the sociology of knowledge

Frederico Ágoas

Investigador de pós-doutoramento, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais/Universidade Nova de Lisboa.
Avenida de Berna, 26 C
1069-061 – Lisboa – Portugal
fagoas@gmail.com

Recebido para publicação em julho de 2015.
Aprovado para publicação em dezembro de 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000200009>

ÁGOAS, Frederico. História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017, p.465-482.

Resumo

O artigo procura apurar a ascendência recíproca entre sociologia do conhecimento e história das ideias no domínio da história das ciências humanas. Acessoriamente, pretende deixar esboçado um programa de pesquisa preliminar para o domínio em questão que integre os contributos pertinentes das ciências sociais e da história, de modo a contribuir para o diálogo entre programas de pesquisa desenvolvidos de forma paralela, para o desenvolvimento articulado da história da ciência e da história das ciências humanas e para a prossecução de uma sociologia do conhecimento que atenta ao enquadramento político e económico das práticas epistémicas sobre as quais se debruça, sem reduzi-las a processos ou a discursos extrínsecos ou às intenções subjectivas dos agentes em causa.

Palavras-chave: sociologia do conhecimento; história intelectual; sociologia histórica; história das ciências sociais.

Abstract

This article seeks to determine the mutual influence between the sociology of knowledge and the history of ideas within the history of the social sciences. In addition, it intends to outline a preliminary research program for the area in question which integrates relevant contributions from the social sciences and history to contribute to the dialog between parallel research programs for connected development in the history of science and the history of the social sciences, as well as to pursue a sociology of knowledge which is attentive to the political and economic framework of epistemic practices on which it focuses, without reducing these practices to extrinsic discourses or to the subjective intentions of the causal agents.

Keywords: sociology of knowledge; intellectual history; historical sociology; history of the social sciences.

Independentemente da avaliação que se possa fazer dos caminhos trilhados pela historiografia ao longo do século XX, é consensual afirmar que foi por oposição a uma história política e fundamentalmente centrada nas acções de indivíduos que se foram impondo os principais movimentos de renovação da disciplina a partir da década de 1920. Mesmo quando nos alertam para as excepções ao paradigma positivista, até então dominante, é esse o cenário traçado pelos historiadores para enquadrar a emergência da designada Escola dos Annales, pela mão de Marc Bloch e Lucien Febvre, e da história social marxista (Burke, 1980, p.19-23). O mesmo sucede em numerosos manifestos de tendência assinados por esses e por outros protagonistas do processo, ainda que nos recordem quase sempre os múltiplos precursores das suas próprias propostas (por exemplo, Ariès, 2006). E foi contra a saliência dos factos políticos (o “ídolo político” dos historiadores) e contra uma história de indivíduos (o “ídolo individual”) que primeiro se insurgiu o sociólogo e historiador francês François Simiand (1960), numa célebre interpelação à historiografia, em que pugnava por uma história centrada em instituições, fenómenos sociais e relações, que se elevasse acima das contingências e procurasse regularidades no passado. O texto seria recuperado cerca de cinquenta anos mais tarde nas páginas da revista *Annales*, justamente com o intuito de “permitir medir o caminho percorrido em meio século”. O contexto mais imediato da iniciativa seria então um debate alargado acerca da multiplicidade dos tempos históricos, de que o artigo “História e ciências sociais: a longa duração”, de Fernand Braudel (2011), constitui o principal eixo e que remontava igualmente às invectivas de Simiand contra o que no início do século designara de história *événementielle* e, mais genericamente, o “ídolo cronológico” dos historiadores.

A narrativa é convincente e, entre outros predicados, indicia de forma conveniente a centralidade que o problema suplementar dos sujeitos da história assumiu na crítica à historiografia positivista e no desenvolvimento da historiografia no século XX. Embora mais abrangentes e procedentes por si só, os ataques dirigidos ao ídolo político e ao ídolo individual deixaram sob fogo cruzado uma história centrada nos governantes e movida pela força dos seus gestos e dos seus motivos. Mas é porventura dessa perspectiva que melhor se avalia o que possa haver de redutor em tal narrativa. É que o mesmo movimento acabaria por implicar também uma história das ideias, paralela à história política, em que intelectuais e cientistas governaram durante muito tempo de forma soberana.

Existem boas razões para essa assimetria. Apesar do estatuto percursor atribuído a um trabalho sobre crenças colectivas como *Os reis taumaturgos*, de Marc Bloch (1983), a história cultural foi uma conquista relativamente tardia dos *Annales*, posterior à consolidação da história económica e social, como primeira crítica prática ao predomínio da história individual e política. E, apesar da posição central que um pensador e escritor como Rabelais viria a ocupar no estudo – igualmente seminal – de Lucien Febvre (1942) *O problema da incredulidade no século XVI*, a história das mentalidades cultivada por aquele grupo centrar-se-ia nas representações populares – facto, de resto, de que o livro de Febvre é ele próprio exemplar. Com efeito, a “revolução francesa na história”, como lhe chamou o historiador Peter Burke (1990), integraria desde logo na narrativa do passado outros sujeitos históricos e as respectivas mundivisões, mas tenderia a deixar de parte a cultura erudita. O desenvolvimento posterior da história social marxista replica o panorama, se pensarmos, por exemplo, no influente livro de E.P. Thompson (2013) *A formação da classe operária inglesa*.

Seja como for, até a segunda metade do século XX, a história das ideias teria no rastreamento das “ideias-unidades” proposto pelo filósofo americano A.O. Lovejoy (2001) o seu principal paradigma disciplinar – isto sem prejuízo para o predomínio de uma abordagem mais estritamente autoral no âmbito da história da filosofia ou das humanidades; e a história da ciência permaneceria marcada pela orientação internalista instituída em meados do século XIX pelo filósofo e teólogo inglês William Whewell, e institucionalizada no início de Novecentos pelo filósofo de formação George Sarton, fundador da famosa revista *Isis*. Além de separadas entre si, ambas permaneceriam, portanto, à margem da história política, económica e social. Em traços gerais, o mesmo pode ser dito da história da arte. No domínio da historiografia, a soberania do autor só começaria a ser questionada de forma decisiva a partir da década de 1960, com o advento de uma história intelectual contextualista, dirigida fundamentalmente ao pensamento político, e, mais tarde ainda, por intermédio de uma nova história cultural, que, no seguimento da história das mentalidades, contestaria os próprios limites entre cultura popular e cultura erudita. Em qualquer dos casos, semelhante abertura ocorreria já depois de gestos formalmente análogos no âmbito do marxismo e de outras disciplinas académicas, designadamente da filosofia e das ciências sociais. É o que começaremos por ver na primeira secção deste artigo, onde tratarei de deixar registadas as propostas contextualistas oriundas da sociologia do conhecimento, do materialismo histórico e da epistemologia que medeiam a designada revolução dos *Annales* e o advento da história intelectual, nos termos desta introdução.

Em contrapartida, a deriva contextualista na história das ideias e a viragem linguística da história intelectual acabariam por reverter para a própria sociologia e mais especificamente para a sociologia do conhecimento. O facto, menos notório, seria particularmente saliente no âmbito de uma sociologia histórica das ciências sociais que ganharia corpo a partir da década de 1990, com base naqueles desenvolvimentos e na emergência paralela de uma nova história da ciência. É o que tentarei explicitar, na segunda parte deste texto, onde começarei por apontar a ascendência da nova história das ideias sobre a história das ciências sociais, tal como vem sendo praticada no âmbito da sociologia. De forma subsidiária, farei ainda por deixar esboçado um programa de pesquisa para a história das ciências humanas que integre convenientemente as abordagens da sociologia do conhecimento e da sociologia histórica, por um lado, e da história das ideias e da ciência, por outro, que, naquele domínio de estudo, tendem muitas vezes a operar de forma separada, reduzindo aquelas ciências ora a interesses de classe (ou de estrato social), a operações da racionalidade estatal ou à expressão de discursos que lhes são essencialmente extrínsecos.

História das ideias, marxismo e sociologia

É conhecida a ascendência teórica que, no início do século XX, a sociologia emergente e Émile Durkheim em específico tiveram sobre a revolução historiográfica encabeçada pelos *Annales*. É esse o papel simbólico que François Simiand ocupa na narrativa acima esboçada, na qualidade de acólito do sociólogo francês. E estão bem documentadas as ligações intelectuais e académicas de Marc Bloch a outros epígonos de Durkheim, como o sinólogo Marcel Granet ou o sociólogo Maurice Halbwachs, na Fundação Thiers e na então recém-criada Universidade de

Estrasburgo, respectivamente (cf. Le Goff, 1983). É até possível dizer que seria a historiografia a prolongar esse primeiro surto institucional das ciências sociais francesas, se pensarmos, por um lado, no alcance teórico da história nova e, por outro, no refluxo disciplinar que atingiria a sociologia no período do entreguerras, bem como na orientação predominante dela nos EUA (e noutros países) durante o mesmo período. Só assim se compreende, aliás, que em meados do século XX, Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel tenham podido disputar entre si (e entre a etnologia e a história) a hegemonia disciplinar no âmbito das ciências humanas, praticamente sem fazer caso da sociologia. O facto não invalida que tenha sido a sociologia, justamente, entre as disciplinas académicas referidas, a primeira a contestar de forma sistemática a soberania absoluta dos intelectuais no domínio da história das ideias. Não propriamente em França, porém. A possibilidade, certamente implícita na sociologia e na antropologia das formas de representação colectivas proposta por Émile Durkheim e Marcel Mauss (1901-1902), seria concretizada na Alemanha pelo sociólogo Karl Mannheim, que proporia uma noção alargada de ideologia, extensível a todos os agentes e a todas as formas de conhecimento social, sem a circunscrever a posições doutrinárias.

A matriz original da proposta de Mannheim (1985) seria o esquema da infraestrutura-superestrutura e, mais especificamente, a ideia marxista da consciência social como produto residual do lugar ocupado no quadro das relações de produção (classe), neste caso matizada pela teoria da estratificação social de Max Weber, de forma a incluir a posição social (estatuto) no conjunto de determinantes do conhecimento – a que Mannheim acrescentaria ainda a variável da idade (ou geração). De acordo com Lewis Wirth (1985, p.XXI), no prefácio à edição inglesa de *Ideologia e utopia*, a originalidade da sociologia do conhecimento de Mannheim não residiria propriamente aí, mas na tentativa de apurar a ligação específica entre interesses concretos e as ideias dos grupos sociais que as veiculam, e na sugestão de que as ideologias e as utopias “não apenas desviam o pensamento do objecto observado, mas servem também para chamar a atenção para aspectos da situação que de outro modo passariam obscurecidos”.¹ Desta perspectiva, porém, a fonte mais imediata (mas não creditada) da sua proposta seria o filósofo húngaro György Lukács (1960), que começaria por sugerir e procurar demonstrar que o marxismo, como ciência da sociedade, era o produto teórico da posição do proletariado nas relações sociais de produção capitalistas, que Marx se teria limitado a sistematizar.

No quadro da sociologia da cultura, aliás, a influência de Lukács (1999) seria mais abrangente. *A teoria do romance* abre caminho à sociologia da literatura, e neste domínio o seu contributo é devidamente reconhecido (cf. Candido, 2006). No âmbito do marxismo, por seu turno, a sua ascendência começaria por permanecer limitada ao grupo de intelectuais reunido em torno da designada Escola de Frankfurt, que retomaria a noção da reificação do filósofo húngaro nas análises empírica e teórica das indústrias da cultura e na pioneira crítica filosófica da ciência social positivista, acusada de naturalizar em domínios estanques e leis universais as relações mais ou menos circunstanciais entre pessoas (Jay, 1996).

À margem destes contributos, seria ainda um marxista a associar pela primeira vez de forma explícita e consequente o desenvolvimento histórico de ideias científicas ao contexto económico-social da sua produção. Com efeito, a sociologia da ciência pode ser reportada à comunicação do físico soviético Boris Hessen ao segundo Congresso Internacional de História da Ciência, em 1931, com o título “The socio-economic roots

of Newton's Principia". O gesto de Hessen (1971), inspirado em Marx, seria entretanto retomado com maior repercussão por um sociólogo profissional, o norte-americano Robert Merton (1938), que em "Science, technology and society in seventeenth century England", originalmente de 1936, procuraria aplicar à iniciativa científica a tese de Max Weber a respeito das afinidades electivas entre protestantismo e iniciativa económica. Até à década de 1950, aliás, Merton (1973) seria a principal figura de um subdomínio disciplinar que pouco extravasa os seus trabalhos (ou dos seus orientandos) e que passará entretanto a centrar-se na sociologia dos cientistas e das instituições académicas em detrimento da sociologia das ideias científicas. Da perspectiva marxista, por seu turno, os trabalhos do físico John Desmond Bernal (1939) ou do filósofo Edgar Zilsel (1942) dão curso à abordagem de Hessen procurando mostrar as raízes instrumentais (e capitalistas) da ciência, como instituição e prática epistémica.

É, pois, possível dizer que mais do que abrir um novo domínio à pesquisa histórico-sociológica, *A estrutura das revoluções científicas*, livro de Thomas Kuhn (2009) regularmente creditado com aquele estatuto, recupera um programa de pesquisa implícito em *Ideologia e utopia* e noutros trabalhos de Mannheim, dá seguimento ao gesto sociológico de Hessen e, de forma mais imediata, explicita a teoria da transformação das ideias científicas que o físico polaco Ludwik Fleck (1992) condensara na noção de *Denkkolectiv* (colectivo de pensamento). A outro nível, também tem sido assinalado que o trabalho em questão faz ecoar dúvidas emergentes acerca do carácter cumulativo e intrinsecamente benigno da ciência, no quadro da afirmação do designado complexo militar-industrial e de inquietações mais ou menos generalizadas a respeito dos factores do desenvolvimento científico-tecnológico (cf. Bourdieu, 2001, p.39-40).

Sociologia da sociologia

O movimento descrito atinge finalmente as ciências sociais, até então dispensadas de qualquer deriva autorreflexiva ou desconsideradas pelo marxismo. No caso da sociologia, às monografias sobre vultos do pensamento social, às hagiografias disciplinares ou a obras de síntese teórica como *The structure of social action*, de Talcott Parsons (1949), somam-se então, por um lado, contextualizações históricas e contemporâneas do paradigma dominante (estrutural-funcionalista e positivista), e, por outro, histórias da investigação social empírica, normalmente obscurecida pelo cânone autoral. Entre as primeiras estão clássicos como *The sociological imagination* (Mills, 2000); *The coming crisis of western sociology* (Gouldner, 1970); ou *Science, class and society* (Therborn, 1980). E entre as segundas, trabalhos porventura menos conhecidos como *Empirical social research in Germany*; *The establishment of empirical sociology* (Oberschall, 1965, 1972); e *The origins of British sociology* (Abrams, 1968). Chega-se mesmo a falar em sociologia da sociologia (Friedrichs, 1970). O movimento, porém, acaba por se deter quase exclusivamente nas ciências naturais, em torno das quais virá a adquirir um estatuto disciplinar, com a chamada Escola de Edimburgo, a partir da década de 1970, e, mais tarde, com os designados Estudos de Laboratório. O desenlace explica-se em parte pela própria tradição nesse domínio, desde sempre centrado naquelas ciências, mas também pode ser visto como estratégia de contestação sociológica (e antropológica) da inferioridade

epistémica consignada às ciências humanas, em que a sobredita tradição se sustenta e de que os trabalhos acima citados começam por ser manifestação aparente, como ilustração prática do conflito paradigmático que à época a sociologia atravessa.

De facto, em vez de história do conhecimento científico ou de sociologia das ciências (humanas), trabalhos como os de Mills, Gouldner e Therborn, de inspiração marxista, podem ser descritos como “sociologia do erro” (da sociologia, no caso), por contraponto a concepções (mais ou menos idealizadas) que cada um dos seus autores mantém acerca da “verdadeira” ciência social – a sociologia clássica, a “sociologia reflexiva” e o materialismo histórico, respectivamente. Se, para Mills, como bem assinala Therborn (1980, p.29), “só os caídos são socialmente determinados”, subordinados à deriva instrumental da sociologia e à divisão contemporânea do trabalho científico (teórico e empírico); para Gouldner e Therborn, “todos” se encontram (clássicos incluídos) ideológica ou sociologicamente submetidos à cultura dominante ou aos seus próprios interesses de classes – todos menos o próprio Gouldner e a sua sociologia reflexiva, ou o marxismo de Marx, no caso de Therborn. É que mesmo quando avançam com “sociologias” das respectivas ciências sociais, é a “possibilidade de enunciação” desses discursos que está dependente de determinadas condições sociológicas; a enunciação da verdade permanece estritamente associada a um sujeito que só não é absolutamente soberano porque depende de circunstâncias específicas para se libertar da alienação ou se elevar acima da sua posição social.

Quanto aos outros trabalhos referidos, vale a pena registar que o gesto que os une – a recuperação dos primórdios empíricos da sociologia – poucos precedentes tem, se entre eles incluirmos hagiografias disciplinares mais antigas de onde ainda não se excluíram figuras como o engenheiro francês Frédéric Le Play ou monografias sobre os seus métodos científicos. No caso de Oberschall, porém, mais do que estudar a constituição histórica da ciência social, como tal, o objectivo declarado dos seus estudos é dignificar a componente empírica da sociologia (e os seus cultores individuais), de que positivistas como o sociólogo norte-americano Paul Lazarsfeld, orientador académico de Oberschall, fazem à data a marca identitária da sua epistemologia objectivista (cf. Lazarsfeld, 1972).

Contra a corrente, a tentativa de circunscrever os factores culturais e históricos que moldaram a emergência e o desenvolvimento da investigação social empírica na Grã-Bretanha seria desde logo empreendida pelo sociólogo Philip Abrams (1968), como corolário de um esforço mais abrangente de contextualização institucional e política das diferentes linhagens intelectuais – economia política, reformismo social e evolucionismo – e respectivas práticas epistémicas que, segundo o autor, convergiram na constituição da sociologia. O exercício é inédito e precursor de uma sociologia histórica das ciências sociais que, a partir da década de 1990, passará a fazer uso explícito e sistemático da análise discursiva, como veremos adiante. No âmbito da história da antropologia, o mesmo pode ser dito da colectânea *Race, culture and evolution*, de George Stocking (1982), que, na sequência da obra supracitada de Thomas Kuhn, começa por discutir os limites historiográficos do racionalismo que subjaz à história das ciências humanas e inaugura uma profícua sequência de trabalhos sobre o tema.

Filosofia da ciência

À época, porém, os esforços mais ambiciosos e sistemáticos nesse domínio são conduzidos no quadro da filosofia. Em *Introduction aux sciences humaines*, o filósofo francês Georges Gusdorf (1974) assinala a desconsideração (a seu ver, injustificada) a que esses saberes teriam sido votados e embarca numa história das ciências humanas até então inédita, da antiguidade clássica aos nossos dias. O projecto é tanto mais ambicioso quanto se propõe a ver na emergência e no desenvolvimento daquelas ciências o reflexo simultâneo do progresso da consciência, tal como se encontra plasmado noutros domínios da cultura (arte, religião, filosofia), e, mais especificamente, do lugar cambiante que nela ocupa o seu sujeito. A orientação alargada que defende para a história da ciência, como história do pensamento, responde assim ao desígnio de fundamentar de forma positiva uma antropologia filosófica; e, mais do que a motivos historiográficos, a renúncia a uma história estritamente disciplinar e a visões retrospectivas do passado das ciências responde sobretudo por estratégias subsidiárias daquele desígnio metafísico – recuperar as hesitações e os erros inerentes à marcha do espírito e repor a unidade cindida do trabalho intelectual.

Independentemente dos seus méritos substantivos, o trabalho de Gusdorf, hoje poucas vezes lembrado, ajuda a enquadrar a preocupação de um dos seus alunos, Michel Foucault (1991a), de contrapor de forma explícita a sua famosa arqueologia das ciências humanas, *As palavras e as coisas*, ao que numa obra posterior designará como “cronologia contínua da razão” (Foucault, 2005). Em vez de se procurar uma imagem fundamental do ser humano na unidade que se presume implícita à fragmentação daquelas ciências, trata-se agora de definir, na dispersão manifesta dos enunciados sobre o tema (no âmbito das ciências da vida, da economia e da cultura), as condições de possibilidade e as regras de formação dos discursos que farão do “Homem” objecto de conhecimento (designadamente a psicologia e a sociologia). É que, para Foucault, aquela figura está longe de ser um dado adquirido. Pelo contrário, ela é o resíduo espectral de uma relação com o saber específica da modernidade, desencadeada pela quebra do elo entre palavras e coisas e pelo advento de um sujeito agora imediatamente implicado nas representações que mantém acerca do mundo – sujeito por seu turno passível, ele próprio, de ser objectivado e que tem naquelas representações o horizonte inescapável do conhecimento que pode produzir acerca de si.

A sua proposta é ainda filosófica e pode ser condensada na noção de “episteme”, que Foucault avança para designar o *a priori* histórico que em cada época delimita o conhecimento possível e os discursos efectivamente pronunciados. *As palavras e as coisas* e outros trabalhos do filósofo francês participam aliás de uma linhagem francesa no domínio da epistemologia marcada pelo seu “não positivismo e antievolucionismo” (Lecourt, 1975, p.125) e radicada justamente no recurso sistemático à história da ciência, que, em França, começaria por ficar ao abrigo institucional e intelectual da filosofia. De resto, e segundo o próprio Foucault (1991b, p.11), seria nessa história epistemológica que a filosofia encontraria ali um dos seus principais centros de irradiação e o polo de questionamento do Iluminismo, por meio dos trabalhos de filósofos como Gaston Bachelard e Georges Canguilhem. Em todo o caso, o diálogo que esses trabalhos de Foucault mantêm com a ciência social e o materialismo histórico é explícito.

São manifestas as afinidades entre a sua arqueologia do saber e o estruturalismo do antropólogo Lévi-Strauss, de que Foucault se distancia de forma insistente e de que a sua metodologia efectivamente se distingue, desde logo nas suas pretensões científicas – sem prejuízo para aquelas afinidades, como o interesse pelas estruturas da consciência humana, o papel da linguagem na sua explicitação ou uma concepção da mesma radicada na linguística de Ferdinand de Saussure (cf. Whyte, 1978, cap.11). E se, ainda a pretexto da publicação de *As palavras e as coisas*, Foucault (1994, p.159) critica o que considera ser a lógica “expressionista” do nexo imediato entre conhecimento e interesses (económicos ou políticos) veiculado pelo marxismo (ou pela sociologia do conhecimento), não deixa de se mostrar impressionado pelos “esforços de certos historiadores da ciência, de inspiração marxista, para localizar a génese social da geometria ou do cálculo de probabilidades no século XVII”. Em contrapartida, a influência desses e de outros trabalhos de Foucault transcende em muito a história da ciência e a filosofia. Em termos substantivos, desde logo, se atendermos ao quanto temas que se podem dizer inaugurados por si colonizaram os universos de pesquisa das humanidades em geral e da sociologia em particular. Em termos metodológicos, por seu turno, a arqueologia de Foucault inscreve-se num movimento intelectual mais vasto de valorização teórica da linguagem, como mediação (não objectiva) dos significados que veicula, que a partir do trabalhos de Ferdinand Saussure e de Ludwig Wittgenstein se expande sucessivamente da linguística à filosofia e, só depois, às ciências sociais e humanas, e onde podemos integrar também o advento da história intelectual contextualista que referi inicialmente.

É, aí, com efeito, que tem sido arrumada a tentativa de figuras como Quentin Skinner (1969) e da designada Escola de Cambridge, a partir da década de 1960, de extrair o significado de enunciados no domínio do pensamento político medieval e moderno tomando como ponto de partida o campo semântico em que foram originalmente proferidos e a estratégia argumentativa que os motivou. No seu domínio disciplinar, essa história intelectual destaca-se então de uma história do pensamento cindida entre o racionalismo abstracto que subjaz ao estudo das designadas “ideias-unidade” e a soberania autoral subjacente às monografias sobre grandes pensadores. À época, porém, é a história conceptual associada ao historiador alemão Reinhart Koselleck, que acompanha mais de perto a despersonalização do pensamento promovida por Foucault e abre espaço, desde logo, para a consideração de outro tipo de enunciadores responsáveis pela fixação do vocabulário político e social da modernidade.

Esse breve itinerário cruzado pela história das humanidades está longe de fazer justiça à complexidade dos debates que procura resumir e não contempla desenvolvimentos paralelos no âmbito da historiografia resultantes, por exemplo, das intersecções entre antropologia e história forçadas por muitos daqueles que a partir da década de 1980 passarão a reclamar-se da nova história cultural, a que também fiz menção (cf. Hunt, 1989). Em todo o caso, a aposição sucessiva de diferentes propostas contextualistas permite assinalar a densidade filosófica e sociológica do movimento que, no domínio da história das ideias, nos conduz da soberania do sujeito à história do conceito, e a centralidade relativa da história das ciências humanas nesse domínio. É justamente aí, aliás, que aquela nova história das ideias tem conhecido algumas das suas aplicações mais notórias, em torno da constituição histórica de noções matriciais no desenvolvimento das ciências, como no caso da economia política, por exemplo. Teremos oportunidade de o confirmar mais adiante. Assim, e de forma complementar, o itinerário

traçado permite-me ainda assinalar, como pretendo, o movimento inverso ao acima descrito e destacar, de modo igualmente esquemático, a ascendência que, mais recentemente, essa reorientação teórica da história das ideias acabaria por assumir na história das ciências humanas e, em boa parte por meio dela, na sociologia do conhecimento, tal como hoje é praticada.

História da sociologia, história intelectual e história dos conceitos

De resto, a partir da década de 1980, o ascendente da história sobre a sociologia é bem mais alargado e pode ser confirmado no mesmo domínio de aplicação. É dessa perspectiva, pelo menos, que se pode compreender o surto de estudos que a partir de então retomam a pesquisa acerca dos primórdios empíricos das ciências sociais e, em particular, da sociologia, passando agora a centrar-se de forma sistemática sobre a acção de outros sujeitos – do âmbito da burocracia estatal, entre outros – no desenvolvimento histórico da investigação social. De facto, o programa de pesquisa que dá forma a trabalhos como *Essays on the history of British sociological research* (Bulmer, 1985), *The social survey in historical perspective* (Bulmer, Bales, Sklar, 1991) ou *Social sciences and modern states* (Wagner, Weiss, Wollmann, 1991) é já decorrente de uma (terceira) vaga renovada de sociologia histórica que, à margem da teleologia implícita à teoria da modernização, se confronta agora de forma deliberada com a transição social para a modernidade e de onde virá a sobressair, então, a problemática do Estado e da acção dos seus representantes (cf. Adams, Clemens, Orloff, 2005). O referido programa chega a ser explicitado no mais destacado trabalho desta tendência, *Bringing the state back in* (Evans, Rueschemeyer, Skocpol, 1985), e parcialmente consumado por dois dos seus proponentes originais, em *States, social knowledge and the origins of modern social policies* (Rueschemeyer, Skocpol, 1996).²

De forma mais específica, como disse, a viragem linguística na história e o advento de uma nova história das ideias acabariam por reverter para a história das ciências humanas, directa e indirectamente.³ No domínio da história intelectual, o interesse original pela história do pensamento político começaria por alargar-se à história do pensamento económico e da própria economia política (cf. Tribe, 1988), para estender-se entretanto a outras ciências sociais (Wittrock, Heilbron, Magnusson, 1998, p.5-6). Em *The origins of American social science*, a historiadora Dorothy Ross (1991) explora a emergência da sociologia, da economia e da ciência política entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no quadro da ideologia excepionalista do nacionalismo norte-americano, dos desafios políticos da modernidade e das concepções de ciência então disponíveis. Em 1988, é criado o periódico científico *History of the Human Sciences*, que em 1993 consagra um número especial às origens daquelas disciplinas, com um enfoque especial sobre a antropologia e a psicologia (Wittrock, Heilbron, Magnusson, 1998, p.5).

Entre cientistas sociais e sociólogos, por seu turno, a mesma orientação historiográfica inspiraria histórias da sociologia e da teoria social. Em *Between literature and science*, Wolf Lepenies (1988) recupera o desenvolvimento inaugural da sociologia em França, Inglaterra e Alemanha, à luz dos desafios impostos à compreensão da sociedade pela cultura científica oitocentista e, sobretudo, pelos desígnios epistémicos de uma arte literária que, por então, se considera especialmente habilitada para a tarefa. Em *The rise of social theory*, o sociólogo

Johan Heilbron (1995) vê despontar a sociologia em França como resultado culminar de um processo de cientificação de um discurso a que hoje chamamos teoria social, cuja constituição remete para a autonomização progressiva do tema “sociedade” no âmbito da ciência moral e da filosofia política do Iluminismo francês e, mais marginalmente, escocês. Vale a pena assinalar também como este último trabalho, em particular, beneficia já do contributo metodológico da história conceptual, aludindo – apenas de passagem, é certo – à evolução semântica do termo “sociedade” no seio dos discursos que o declinaram ou que se foram constituindo a seu pretexto, designadamente entre os *moralistes* franceses.

Originalmente executada pelo historiador Manfred Riedel (1974), com especial ênfase para o caso alemão e, mais especificamente, para a filosofia do direito de Hegel, a história conceptual da noção “sociedade” seria prosseguida por Keith Michael Baker (1994), num artigo em que o historiador britânico mostra como à acepção voluntarista do termo – como em “sociedade comercial” ou “sociedade científica” – se somaria, entre o final do século XVII e início do século XVIII, uma acepção mais geral, como forma básica da vida colectiva e em alternativa a uma perspectiva holista até então vigente e que não distingue o domínio individual ou social do cosmo em geral (ver Wittrock, Heilbron, Magnusson, 1998, p.9, 22). O trabalho em causa é tanto mais relevante na medida em que recupera para o debate contributos laterais, mas especialmente estimulantes, que procuram desde logo explicar a deriva semântica do termo. A esse respeito, destaque-se a pioneira abordagem empreendida pelo economista húngaro Karl Polanyi (2012), em *A grande transformação*, onde vislumbra, naquilo a que chama a “descoberta da sociedade”, no início do século XIX, a reacção intelectual e política ao triunfo da ideia de um mercado autorregulado; e destaque-se ainda a perspectiva alternativa do historiador francês Marcel Gauchet que, a partir da leitura de Louis Dumont e Pierre Rosanvallon, sugere que a imposição da utopia do mercado e da ideologia do indivíduo constituem a condição simultânea da noção em causa – sociedade – e da ciência que a estuda. Nas palavras do próprio Gauchet (1979, p.460): “É numa sociedade onde cada um não tem em consideração senão o próprio (os seus ‘interesses’) e onde todos se pensam a si mesmos independentemente do todo social que se torna possível tentar apurar aquilo que liga ‘objectivamente’ os indivíduos entre si, sem que o saibam, e que começa a ganhar sentido um trabalho de desvelamento, por exemplo, daquilo que esses indivíduos emancipados devem à cultura em que se banham”.

Independentemente de quem possa estar certo, Gauchet ou Polanyi, importa aqui sublinhar como esse conjunto de estudos mais directamente inspirados na história intelectual e na história conceptual aponta, por um lado, para a “multiplicidade de discursos” – políticos, científicos, artísticos, filosóficos – que convergiam na constituição das ciências sociais e humanas e, por outro lado, para a “historicidade das noções” – Homem, ser humano, população, sociedade – em torno das quais aquelas ciências viriam a organizar-se. Em qualquer dos casos, e em complemento desses aspectos teórico-metodológicos, vale a pena voltar a lembrar também como a perspectiva em causa beneficia substantivamente do contributo de Michel Foucault, se considerarmos a forma como o filósofo francês posiciona disciplinas como a psicologia, a sociologia e a etnologia na confluência dos discursos veiculados, no início do século XIX, pela biologia, pela economia e pela filologia; e o modo como faz desses discursos a matriz que dá forma ao objecto primordial daqueles saberes. Paralelamente, e a respeito da

historicidade dos conceitos em causa, a mesma perspectiva teórico-metodológica encontra ainda um ponto de apoio alternativo na noção de *Sattelzeit*, proposta por um dos principais cultores da história conceptual, Reinhart Koselleck, para dar conta do período de súbitas transformações sociais e políticas compreendido entre 1750 e 1850, em que, segundo ele, se teriam fixado os conceitos centrais do pensamento político da modernidade.

Sociologia histórica das ciências sociais

É justamente aí – no reconhecimento da multiplicidade dos discursos e da historicidade dos conceitos envolvidos na emergência e desenvolvimento das ciências humanas – que encontramos o traço distintivo de uma sociologia histórica das ciências sociais que, já na década de 1990, prolongaria as pesquisas encetadas na década anterior acerca dos primórdios burocráticos e filantrópicos da investigação científico-social, que mencionei mais acima, sistematizando os seus resultados e alargando de forma decisiva o marco cronológico desses estudos e o tipo de enunciados sujeitos a escrutínio. Refiro-me em particular aos dois volumes do *Sociology of sciences yearbook* dedicados ao tópico, onde se reúnem (entre outros) contributos de vários dos autores acima referidos: *Discourses on society: the shaping of the social science disciplines* (Wagner, Wittrock, Whitley, 1990); e *The rise of the social sciences and the formation of modernity: conceptual change in context, 1750-1850* (Heilbron, Magnusson, Wittrock, 1998).

Deixando por ora de parte as conclusões substantivas de ambas as obras, pretendo aqui ressaltar, antes de mais, como a nível teórico a ponderação sistemática que no primeiro desses dois livros se faz do peso relativo que, ao longo do século XIX, agendas estatais, tradições universitárias e iniciativas da sociedade civil (ou dos movimentos sociais) tiveram na definição de diferentes discursos acerca da sociedade começa por apontar para a própria relevância dos “perfis nacionais” que as ciências sociais ali consideradas – a sociologia, a ciência política e a economia – acabariam por assumir. Por seu turno, a opção metodológica pela noção de “discurso”, expressa no título, furta-se com sucesso ao anacronismo e, mais especificamente, à naturalização presentista dos limiares epistémicos e institucionais das linhagens discursivas em causa, como disciplinas (ou sequer como “classes naturais”, no sentido de Quine), e define à partida um plano de conhecimento para o qual convergem diferentes tipos de enunciados (descritivos e normativos) acerca do social, do económico e do político. É, pois, nesse espaço que se torna possível atender à emergência e ao desenvolvimento de cada um desses saberes – consagrados a aspectos particulares mas parcialmente sobrepostos da realidade social – no âmbito da “constelação disciplinar” que eles acabarão por compor entre si, como ciências sociais, e simultaneamente dar conta das “coligações discursivas” entre intelectuais, burocratas e políticos que permitem compreender, em cada uma delas, a opção por determinadas abordagens, em detrimento de outras.

No que toca ao segundo volume em questão, trata-se antes de mais de fixar a possibilidade de um discurso científico-social no quadro da semântica política e moral da modernidade clássica, designadamente no quadro da filosofia iluminista. A esse respeito, *The rise of the social sciences and the formation of modernity* dá seguimento ao livro supracitado de Johan Heilbron, centrado no caso francês, e aprofunda de forma decisiva o contributo de um pequeno filão de estudos já antigo, sem área disciplinar definida e pouco citado, onde encontramos os trabalhos

de alguns sociólogos, filósofos e historiadores que se ocuparam da relevância do Iluminismo escocês e mais especificamente de figuras como Adam Ferguson, John Millar e Adam Smith para o desenvolvimento da teoria social e da própria sociologia. O filão em causa remonta a Albion Small (1907), pioneiro da sociologia norte-americana, e tem o seu principal expoente nos trabalhos da socióloga Gladys Bryson (1939, 1968) sobre o tema, que se destacam e merecem ser relidos por não se centrarem senão de modo indirecto nos autores referidos e por anteciparem a abordagem histórico-conceptual que virá a dar corpo ao volume em questão (cf. Wences, 2010; ver também Gay, 1969).

A outro nível, esse segundo volume do *Sociology of sciences yearbook* destaca-se ainda por implicar a matemática e, mais especificamente, a estatística no mesmo processo histórico de emergência e desenvolvimento das ciências sociais, dando curso ao gesto encetado no outro volume referido da mesma série. Trata-se não só de mostrar o quanto a estatística e a matemática social foram instrumentais para a afirmação daquelas ciências e da sociologia em particular, designadamente em termos metodológicos, ou o quanto elas próprias começaram por ser determinadas por agendas estatais ou políticas, como vem sendo feito por diversos trabalhos de sociologia e história da ciência (por exemplo, Brian, 1994); trata-se ainda de tornar explícito o quanto práticas científicas como a estatística e a designada “física social” de Adolphe Quetelet, e, por meio delas, a própria sociologia, determinaram e fixaram, pela sua acção epistémica, as realidades por elas estudadas. Tal como sugere Michael Donnelly (1998), a possibilidade de conceber uma população como sistema, com regras de desenvolvimento que lhe são específicas, e o advento de uma noção de sociedade passível de ser submetida à pesquisa e à intervenção política resultam das sucessivas objectivações a que conceitos originalmente abstractos como aqueles (população, sociedade) seriam submetidos, por meio dos métodos em causa.

Pode-se assim dizer que, para além dos contributos teórico-metodológicos da história intelectual, esta sociologia histórica das ciências sociais que venho acompanhando (e de que esses dois volumes representam já um ponto de chegada) incorpora ainda os desenvolvimentos contemporâneos de uma história da ciência renovada que, interpelada pelos estudos sociais da ciência e pelos estudos sobre governamentalidade, passou a colocar a si própria o problema da determinação extracientífica e designadamente política de teorias, conceitos e métodos. No domínio específico da história da estatística e da teoria das probabilidades e com implicações directas para o estudo da relação mutuamente estruturante entre o advento de métodos de governo centrados na população, a partir do século XVIII, e o desenvolvimento das ciências sociais e do seu objecto primordial (a sociedade), destacam-se os trabalhos de Theodor M. Porter (1988), Ian Hacking (1990) e Alain Desrosières (1993). Paralelamente, na história do pensamento económico, a mesma deriva histórico-científica e a influência foucaultiana são também patentes nos trabalhos do historiador norte-americano Philip Mirowski (1989). Por seu turno, e principalmente por essas duas vias, a história das ciências sociais e a história do pensamento económico (e da economia política) acabariam por ser definitivamente integradas na história da ciência. A esse respeito, cabe destacar a obra *The Fontana history of human sciences* (Smith, 1997), que avança uma primeira narrativa sintética da maioria dos tópicos aqui mencionados, e, sobretudo, o volume pertinente da série *Cambridge history of science*,

publicado sob o título *The modern social sciences* (Porter, Ross, 2003) e que reúne vários dos contributos acima referidos e uma série de perfis regionais e nacionais.

Considerações finais: história das ciências humanas e sociologia do conhecimento

A interpenetração destas duas áreas de estudo – história da ciência e sociologia histórica das ciências sociais – abre perspectivas estimulantes. Em termos substantivos, desde logo, pela possibilidade que oferece de prosseguir uma história das ciências humanas na encruzilhada da história das ciências naturais e da história das ciências sociais, que não é inédita, como vimos, mas que importa de facto recuperar. No âmbito da história da ciência, o desafio foi retomado num trabalho colectivo organizado por I. Bernard Cohen (1994), *The natural sciences and the social sciences: some critical and historical perspectives*, e seria concretizado de forma preliminar em *Inventing human science: eighteenth century domains*, organizado por Christopher Fox, Roy Porter e Robert Wokler (1995). O primeiro, centrado no século XIX, explora as influências recíprocas de domínios de estudo científico-naturais e científico-sociais à época mais ou menos constituídos, como a estatística e a física, por um lado, e a sociologia e a economia política, por outro. O segundo, em diálogo explícito com os trabalhos de Michel Foucault, averigua a constituição de domínios separados e mais ou menos definidos no âmbito das ciências humanas a partir de um tronco comum que pode ser reportado à ambição iluminista de criar uma “ciência do Homem”, tal como começou por ser proclamada por David Hume. Da mesma perspectiva histórico-científica mas no quadro da tradição francesa de história das ciências humanas, acima referida, destacam-se os trabalhos do historiador Claude Blanckaert (2009), desenvolvidos desde finais da década de 1980 a partir da história da antropologia.⁴ E ainda neste domínio, vale a pena voltar a lembrar os trabalhos escritos e organizados pelo antropólogo e historiador George Stocking, que desde há muito contemplam as sobreposições históricas entre o paradigma naturalista e culturalista no quadro daquela disciplina.

De forma complementar, a mesma questão tem vindo a ser abordada no âmbito da história da sociologia, em específico. Em França, o sociólogo Dominique Guillot (2000) explora a ascendência da biologia e, mais especificamente, do darwinismo sobre o desenvolvimento inaugural da sociologia nos países centrais. Em *La nature de la société: organicisme et sciences sociales au XIX siècle*, Blanckaert (2004, p.10) detém-se na prevalência do naturalismo entre as ciências sociais oitocentistas, no quadro do que designa de uma “verdadeira cultura organicista”, e na forma como a questão social foi sendo sucessivamente tratada por uma “história natural da sociedade”, por uma “fisiologia social”, uma “física social” e, finalmente, pela “sociologia”. De forma mais pontual, outros trabalhos recentes dão curso a essa linha de pesquisa, ocupando-se da persistência de traços do discurso organicista no quadro da teoria social contemporânea (Bauer, 2014) e da importância de tópicos sanitaristas e do pensamento médico entre os trabalhos dos designados fundadores da disciplina (Collyer, 2010).

No mundo lusófono, acerca da relação entre o pensamento médico e o desenvolvimento da sociologia, destaca-se o filão de trabalhos desenvolvido por Nísia Trindade Lima (1999), que, individualmente ou em parceria (por exemplo, Lima, Hochman, 2000) e na sequência das advertências originalmente avançadas por Wanderley Guilherme dos Santos (1967) a respeito dos critérios utilizados para periodizar o pensamento político-social brasileiro, tem

vindo a determinar o peso intelectual do pensamento social sanitarista do início do século XX, tal como foi veiculado por cientistas e literatos, sobre o trabalho de figuras centrais ao desenvolvimento inaugural da sociologia brasileira, como Emílio Willems e Florestan Fernandes – isto sem prejuízo, claro, para outros clássicos da história das ciências sociais no Brasil (por exemplo, Fernandes, 1958) ou para estudos especificamente consagrados àquele pensamento (por exemplo, Castro-Santos, 1985). De forma mais abrangente, Marcos Chor Maio tem vindo a explorar de modo integrado a prevalência política e científica de discursos naturalistas acerca da sociedade e da nação, elaborados em torno do conceito de raça e hegemónicos entre finais do século XIX e o início do século XX (Maio, Santos, 1996); e ainda o papel de agendas de fomento promovidas pelo Estado (ou por agências internacionais) na transição paradigmática e na institucionalização das modernas ciências sociais no Brasil (Maio, 1999). Em Portugal, o mesmo foi feito, já, de forma preliminar, a respeito de processos desenvolvimentistas em domínio metropolitano (Ágoas, 2011) e colonial (Pereira, 2005). E, para um período anterior, foi também explorado o peso do naturalismo darwinista sobre as primeiras declinações doutrinárias da sociologia no país (Pereira, 2001).

Em termos metodológicos, por seu turno, a mesma intersecção entre a história da ciência e a história das ciências humanas, tal como tem sido praticada pela sociologia histórica e pela história intelectual, oferece a possibilidade de aprofundar o estudo cruzado de processos históricos de longa duração, designadamente políticos e económicos, e o desenvolvimento de teorias, conceitos e métodos científicos. Trata-se não só de fazer coincidir racionalidades estatais ou governativas, por exemplo, com políticas científicas e histórias disciplinares, ou de cruzar posições científicas (sociais e discursivas) com interesses individuais ou colectivos, mas de explorar também a ascendência recíproca de práticas epistémicas burocráticas ou extra-académicas, por um lado, e, por outro, práticas análogas conduzidas em domínios universitários (e equivalentes) ou no quadro do campo intelectual. Sem prejuízo para linhas de investigação complementares, mais estritamente histórico-intelectuais, ou para o apuramento historiográfico e sociológico de coligações discursivas que permitam compreender a imposição institucional de determinado programa de pesquisa ou área disciplinar, importa também perseguir a circulação social e política de estratégias argumentativas, técnicas de enunciação ou operadores semânticos que permite compreender a própria definição dos respectivos domínios de aplicação e a sua formalização eventual.

A proposta não é inédita, bem entendido, mas reformulá-la nesse contexto permite ainda sugerir, para terminar, a possibilidade de prosseguir uma “sociologia do conhecimento”, propriamente dita, que não se limite a constatar a subdeterminação da teoria (ou dos resultados científicos) pelos dados ou a sua sobredeterminação económica e política, pura e simples. Com efeito, a confirmação de dinâmicas sociológicas internas ao campo científico, porventura extensíveis à racionalidade que os cientistas emprestam aos seus gestos, e a explicitação ou a denúncia de interesses alheios à verdade, no mesmo domínio, não devem impedir o reconhecimento (pelas vias sugeridas ou por outras) da positividade epistémica de factores económicos e políticos.

Por fazer, claro, fica a aplicação desse programa de pesquisa ao domínio de investigação cujos limites fiz aqui por esboçar. De resto, poucos exemplos serão tão paradigmáticos da circunstancialidade histórica da actividade científica quanto a ruptura entre a história da

ciência e a história das ciências humanas ou a longa hesitação da parte das ciências sociais em assumir a sua autoanálise, de que aqui procurei também dar conta.

AGRADECIMENTO

A investigação que serviu de base à redacção deste artigo beneficiou de uma bolsa de pós-doutoramento (SFRH/BPD/73985/2010) concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), de Portugal.

NOTAS

¹ Nesta e nas demais citações de textos publicados em outros idiomas, a tradução é livre.

² A este respeito, ver também o volume colectivo organizado por Lacey e Furner (1993). E ver ainda Savoye (1994).

³ Sobre este ponto, ver Wittrock, Heilbron e Magnusson (1998), cujo argumento acompanho até ao final da secção.

⁴ No âmbito da mesma tradição francesa, ver também o estudo de Schlanger (1995) sobre a disseminação de metáforas organicistas em diversos domínios do saber.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Philip.
The origins of British sociology: 1834-1914.
Chicago: The University of Chicago Press. 1968.

ADAMS, Julia; CLEMENS, Elisabeth S.; ORLOFF, Ann Shola (Org.).
Introduction: social theory, modernity, and the three waves of historical sociology. In: Adams, Julia; Clemens, Elisabeth S.; Orloff, Ann Shola (Org.). *Remaking modernity: politics, history and sociology*. Durham: Duke University Press. p.1-72. 2005.

ÁGOAS, Frederico.
Saber e poder: Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2011.

ARIÈS, Philippe.
L'histoire des mentalités. In: Le Goff, Jacques (Org.). *La nouvelle histoire*. Paris: Complexe. p.269-295. [1978]. 2006.

BAKER, Keith Michael.
Enlightenment and the institution of society: notes for a conceptual history. In: Melching, Willem; Velema, Wyger (Org.). *Main trends in cultural history*. Amsterdam: Rodopi. p.95-120. 1994.

BAUER, Julian.
From organisms to world society: steps toward a conceptual history of systems theory, 1880-1980. *Contributions to the History of Concepts*, v.9, n.2. p.51-72. 2014.

BERNAL, John Desmond.
The social function of science. London: George Routledge. 1939.

BLANCKAERT, Claude.
De la race à l'évolution: Paul Broca et l'anthropologie française, 1850-1900. Paris: L'Harmattan. 2009.

BLANCKAERT, Claude.
La nature de la société: organicisme et sciences sociales au XIXe siècle. Paris: L'Harmattan. 2004.

BLOCH, Marc.
Les rois thaumaturges. Paris: Gallimard. [1924]. 1983.

BOURDIEU, Pierre.
Science de la science et réflexivité. Paris: Raisons d'agir. 2001.

BRAUDEL, Fernand.
História e ciências sociais: a longa duração. In: Novais, Fernando A.; Silva, Rogério F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosacnaify. p.86-121. [1958]. 2011.

BRIAN, Éric.
La mesure de l'État: administrateurs et géomètres au XVIIIe siècle. Paris: Albin Michel. 1994.

BRYSON, Gladys.
Man and society: the Scottish inquiry of the eighteenth century. New York: Augustus M. Kelley. 1968.

BRYSON, Gladys.
Some eighteenth-century conceptions of society. *Sociological Review*, v.31, p.401-421. 1939.

BULMER, Martin (Org.).
Essays on the history of British sociological research. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

- BULMER, Martin; BALES, Kevin; SKLAR, Kathryn Kish (Org.).
The social survey in historical perspective, 1880-1940. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.
- BURKE, Peter.
The French historical revolution: the Annales School, 1929-1989. Stanford: Stanford University Press. 1990.
- BURKE, Peter.
Sociologia e história. Lisboa: Afrontamento. 1980.
- CANDIDO, Antonio.
Crítica e sociologia. In: Candido, Antonio.
Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. p.13-25. 2006.
- CASTRO-SANTOS, Luís António.
O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade.
Dados, v.28, n.2, p.193-210. 1985.
- COHEN, I. Bernard (Org.).
The natural sciences and the social sciences: some critical and historical perspectives. Dordrecht: Kluwer. 1994.
- COLLYER, Fran.
Origins and canons: medicine and the history of sociology. *History of the Human Sciences*, v.23, n.2. p.86-108. 2010.
- DESROSNIÈRES, Alain de.
La politique des grands nombres: histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte. 1993.
- DONNELLY, Michael.
From political arithmetic to social statistics: how some nineteenth century roots of the social sciences were implemented. In: Heilbron, Johan; Magnusson, Lars; Wittrock, Björn (Org.). *The rise of the social sciences and the formation of modernity: conceptual change in context, 1750-1850*. Boston: Kluwer. p.225-239. 1998.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel.
De quelques formes de classification: contribution à l'étude des représentations collectives. *L'Année Sociologique*, v.6, p.1-72. 1901-1902.
- EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SCKOCPOL, Theda (Org.).
Bringing the state back in. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.
- FEBVRE, Lucien.
Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel. 1942.
- FERNANDES, Florestan.
A etnologia e a sociologia no Brasil. São Paulo: Anambi. 1958.
- FLECK, Ludwik.
Genesis and development of a scientific fact. Chicago: The University of Chicago Press. [1935]. 1992.
- FOUCAULT, Michel.
Arqueologia do saber. Lisboa: Almedina. [1969]. 2005.
- FOUCAULT, Michel.
Entretien avec Michel Foucault (1971). In: Foucault, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1988*. Paris: Gallimard. p.1025-1042. 1994.
- FOUCAULT, Michel.
As palavras e as coisas. Lisboa: Edições 70. [1966]. 1991a.
- FOUCAULT, Michel.
Introduction. In: Canguilhem, Georges. *The normal and the pathological*. New York: Zone Books. p.7-24. [1978]. 1991b.
- FOX, Christopher; PORTER, Roy; WOKLER, Robert (Org.).
Inventing human science: eighteenth century domains. Berkeley: University of California Press. 1995.
- FRIEDRICHS, Robert W.
A sociology of sociology. New York: Free Press. 1970.
- GAUCHET, Marcel.
De l'avènement de l'individu à la découverte de la société. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v.34, n.3, p.451-463. 1979.
- GAY, Peter.
The Enlightenment: an interpretation. New York: Norton. (v.2, The science of freedom). 1969.
- GOULDNER, Alvin W.
The coming crisis of western sociology. New York: Basic Books. 1970.
- GUILLLOT, Dominique.
Sciences sociales et sciences de la vie. Paris: PUF. 2000.
- GUSDORF, Georges.
Introduction aux sciences humaines: essai critique sur leurs origines et leur développement. Paris: Ophrys. [1960]. 1974.
- HACKING, Ian.
The taming of chance. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- HEILBRON, Johan.
The rise of social theory. Cambridge: Polity Press. [1990]. 1995.
- HEILBRON, Johan; MAGNUSSON, Lars; WITTROCK, Björn (Org.).
The rise of the social sciences and the formation of modernity: conceptual change in context, 1750-1850. Boston: Kluwer. 1998.

HESSEN, Boris.

The socio-economic roots of Newton's Principia. In: Bukharin, Nicolai (Org.). *Science at crossroads: papers presented to the International Congress of the History of Science and Technology*. London: Frank Cass. [1931]. 1971.

HUNT, Lynn (Org.).

The new cultural history. Berkeley: University of California Press. 1989.

JAY, Martin.

The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950. Berkeley: University of California Press. [1973]. 1996.

KUHN, Thomas S.

A estrutura das revoluções científicas. Lisboa: Guerra e Paz. [1962]. 2009.

LACEY, Michael J.; FURNER, Mary O. (Org.).

The state and social investigation in Britain and the United States. Cambridge: Woodrow Wilson Center Press; Cambridge University Press. 1993.

LAZARSELD, Paul.

Foreword. In: Oberschall, Anthony. *The establishment of empirical sociology*. New York: Harper and Row. p.VI-XV. 1972.

LECOURT, Dominique.

For a critique of epistemology. In: Lecourt, Dominique. *Marxism and epistemology: Bachelard, Canguilhem and Foucault*. London: NLB. p.117-216. [1972]. 1975.

LE GOFF, Jacques.

Préface. In: Bloch, Marc. *Les rois thaumaturges*. Paris: Gallimard. p.I-XXXV. 1983.

LEPENIES, Wolf.

Between literature and science: the rise of sociology. Cambridge: Cambridge University Press. [1985]. 1988.

LIMA, Nísia Trindade.

Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj-Ucam. 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto.

Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.5, n.2. p.313-332. 2000.

LOVEJOY, Arthur O.

The great chain of being: a study of the history of an idea. Cambridge: Harvard University Press. [1936]. 2001.

LUKÁCS, György.

The theory of the novel. Cambridge: The MIT Press. [1917]. 1999.

LUKÁCS, György.

Histoire et conscience de classe: essais de dialectique marxiste. Paris: Les Éditions de Minuit. [1923]. 1960.

MAIO, Marcos Chor.

O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, p.141-158. 1999.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.).

Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CCB. 1996.

MANNHEIM, Karl.

Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge. New York: Harcourt [1929]. 1985.

MERTON, Robert K.

The sociology of science: theoretical and empirical investigations. Chicago: The University of Chicago Press. 1973.

MERTON, Robert K.

Science, technology and society in seventeenth century England. *Osiris*, v.4, p.360-632. 1938.

MILLS, Charles Wright.

The sociological imagination. Oxford: Oxford University Press. [1959]. 2000.

MIROWSKI, Philip.

More heat than light: economics as social physics, physics as nature's economics. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

OBERSCHALL, Anthony.

The establishment of empirical sociology. New York: Harper and Row. 1972.

OBERSCHALL, Anthony.

Empirical social research in Germany, 1848-1914. Paris: Mouton. 1965.

PARSONS, Talcott.

The structure of social action. Glencoe: The Free Press [1937]. 1949.

PEREIRA, Ana Leonor.

Darwin em Portugal, 1865-1914. Coimbra: Almedina. 2001.

PEREIRA, Rui Mateus.

Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959. Tese (Doutorado) – Faculdades de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2005.

POLANYI, Karl.

A grande transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70. [1944]. 2012.

- PORTER, Theodore M.
The rise of statistical thinking, 1820-1900. Princeton: Princeton University Press. 1988.
- PORTER, Theodor M.; ROSS, Dorothy (Org.).
The Cambridge history of science. Cambridge: Cambridge University Press. (v.7, The modern social sciences). 2003.
- RIEDEL, Manfred.
Gesellschaft, bürgerliche. In: Brunner, Otto; Conze, Werner; Koselleck, Reinhart (Org.). *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, v.2. Stuttgart: Klett-Cotta. p.719-800. 1974.
- ROSS, Dorothy.
The origins of American social science. New York: Cambridge University Press. 1991.
- RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Org.).
States, social knowledge and the origins of modern social policies. Princeton: Princeton University Press. 1996.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos.
A imaginação político-social brasileira. *Dados*, n.2-3, p.182-193. 1967.
- SAVOYE, Antoine.
Les débuts de la sociologie empirique: études socio-historiques. Paris: Meridiens Klincksieck. 1994.
- SCHLANGER, Judith.
Les métaphors de l'organisme. Paris: L'Harmattan. [1971]. 1995.
- SIMIAND, François.
Méthode historique et science sociale [1903]. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v.15, n.1, p.83-119. 1960.
- SKINNER, Quentin.
Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v.8, n.1, p.3-53. 1969.
- SMALL, Albion.
Adam Smith and modern sociology: a study in the methodology of the social sciences. Chicago: University of Chicago Press. 1907.
- SMITH, Roger.
The Fontana history of the human sciences. London: Fontana Press. 1997.
- STOCKING, George W. Jr.
Race, culture and evolution: essays in the history of anthropology. Chicago: The Free Press. [1968]. 1982.
- THERBORN, Goran.
Science, class and society. London: Verso. [1976]. 1980.
- THOMPSON, Edward P.
The making of the English working class. London: Penguin Books. [1963]. 2013.
- TRIBE, Keith.
Governing economy: the reformation of German economic discourse, 1750-1840. Cambridge: Cambridge University Press. 1988.
- WAGNER, Peter; WEISS, Carol H.; WOLLMANN, Hellmut (Org.).
Social sciences and modern states: national experiences and theoretical crossroads. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.
- WAGNER, Peter; WITTROCK, Björn; WHITLEY, Richard (Org.).
Discourses on society: the shaping of the social science disciplines. Dordrech: Kluwer. 1990.
- WENCES, Isabel.
La relevância sociológica de la Ilustración escocesa. *Revista Internacional de Sociología*, v.68, n.1, p.37-56. 2010.
- WITTROCK, Björn; HEILBRON, Johan; MAGNUSSON, Lars.
The rise of the social sciences and the formation of modernity. In: Heilbron, Johan; Magnusson, Lars; Wittrock, Björn (Org.). *The rise of the social sciences and the formation of modernity: conceptual change in context, 1750-1850*. Boston: Kluwer. p.1-33. 1998.
- WHYTE, Hayden.
Tropics of discourse: essays in cultural criticism. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1978.
- WIRTH, Lewis.
Preface. In: Mannheim, Karl. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. New York: Harcourt. p.X-XXX. [1936]. 1985.
- ZILSEL, Edgar.
The sociological roots of science. *The American Journal of Sociology*, v.47, p.544-562. 1942.

